

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Há largos meses que cerca de vinte funcionárias de limpeza dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM) se deparam com irregularidades no pagamento dos seus salários e subsídios. Estiveram contratadas pela Vez Limpa, empresa que recorrentemente não pagava os salários a tempo. Esta situação mereceu diversos protestos por parte das trabalhadoras, do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e atividades diversas (STAD) e originou também a intervenção do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, através de perguntas dirigidas ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Em dezembro de 2022, os SASUM passaram os serviços de limpeza para a Servilimpe. Sucede que o contrato com a Vez Limpa cessou no dia 5, tendo-se iniciado o contrato com a Servilimpe no dia 19 de dezembro. As trabalhadoras continuaram a exercer funções entre os dias 5 e 19 de dezembro de 2022. Todavia, não receberam por estes serviços nem lhes foi pago o respetivo subsídio de natal.

No dia 15 de junho, as trabalhadoras estiveram em greve, tendo-se concentrado em frente às instalações da Universidade do Minho em Braga. O Bloco de Esquerda esteve presente nesta concentração, em solidariedade com a luta destas trabalhadoras. Consideramos inaceitável que a Universidade do Minho não assuma responsabilidade pela resolução da situação laboral destas pessoas. A Universidade fez a opção por entrega a uma empresa externa de um serviço permanente e necessário como é a limpeza das suas instalações. As funcionárias continuaram a assegurar o serviço de limpeza entre os dias 5 e 19 de dezembro de 2022; este serviço tem que ser pago bem como o respetivo subsídio de Natal.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. A Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho está a acompanhar a situação

destas trabalhadoras?

2. A Autoridade para as Condições do Trabalho está a acompanhar esta situação?

Palácio de São Bento, 20 de junho de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)